

O Ensino de Desenho: uma visita às legislações educacionais brasileiras e ao acervo da Biblioteca Nacional

Jorge Alexandre dos Santos Gaspar

Lucia Maria Aversa Villela

Como parte dos resultados da pesquisa de natureza histórica, em nível de mestrado, *O Desenho Geométrico como disciplina escolar no Rio de Janeiro: uma história de 1890 a 1964*, desenvolvida pelo primeiro autor sob a orientação do segundo, apresentamos um recorte que localiza as obras mais importantes para o ensino de Desenho e seus autores, em especial, do Desenho Geométrico, na cidade do Rio de Janeiro dentro do período acordado. Procuramos buscar inter-relações entre estas publicações e as legislações e propostas curriculares de estabelecimentos. Este projeto contou com bolsa da Fundação Biblioteca Nacional pelo Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (Edital 2012).

Para este Seminário Temático procuramos também evidenciar o que, dentre o pesquisado, tinha pertinência com o ensino primário.

Dividiu-se este estudo em três grandes períodos. Assim, o primeiro destes iniciou-se com a Proclamação da República e foi até os anos 30, num período chamado por República Velha. A segunda divisão começou nos anos 30 e foi até 1945, no período chamado de Era Vargas (período composto pelo governo provisório, o governo constitucionalista e o Estado Novo) e a terceira parte foi de 1946 até 1964, no período chamado de República Nova ou República Populista.

A utilização dos livros didáticos que pertencem ao acervo da FBN se justifica, segundo Choppin (2004), pelo fato de que esses recursos estão disponíveis minimamente em todos os países até os dias atuais. Assim, utilizando os livros como fonte histórica é possível se construir uma biografia dos livros que foram editados, em especial, livros que atravessaram décadas em uso no país.

Também trabalhamos com outros arquivos e acervos e pudemos encontrar legislações e programas que tratavam da disciplina de Desenho no ensino primário, e que foram também utilizadas para que fossem feitas análises comparativas quanto às obras estudadas neste artigo. Segundo Chervel (1990), estes documentos são ponto inicial para os estudos das finalidades do ensino escolar e, a partir daí, da história das disciplinas escolares.

Assim, no acervo da Biblioteca Nacional (BN), em relação ao Desenho Geométrico, encontramos uma primeira obra datando de 1829: “Princípios do desenho

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

linear, compreendendo os de geometria pratica, pelo methodo de ensino mutuo; extrahidos do L. B. Francoeur”, de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (1797 – 1863), o Visconde de Albuquerque. Há outras obras deste período do Brasil Império que também podem ser encontrados no acervo da BN, que, somadas às legislações que lhes foram contemporâneas, nos permitem apresentar um breve cenário sobre que antecedeu o intervalo temporal em estudo, em relação ao estudo de Desenho:

Quadro 1 – Levantamento, por décadas, das publicações analisadas e legislações que envolvem o ensino de Desenho: do Brasil Império ao Brasil República.

Livros analisados	Fatos e legislações pertinentes
1829 – Principios do desenho linear, compreendendo os de geometria pratica, pelo methodo de ensino mutuo extrahidos do L.B. Francoeur – Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.	1822 – Proclamação da Independência.
	1837 – Criação do Colégio de Pedro II (CP II). 1838 – Estatutos do CP II. Desenho era disciplina obrigatória desde a oitava aula até a sexta aula.
	1841 – Decreto nº 62 – Reforma no Regulamento do CP II. Desenho passou a existir ao longo dos sete anos do curso.
1854 – Nouveau manuel complet de dessin linéaire géométrique a l'usage des jeunes gens que se destinent aux travaux publics – Edouard Allain.	1855 – Decreto 1556 – No Art. 3º constava que “O estudo de desenho, musica, dansa, e o de Italiano, não [seriam] essenciaes para se obter qualquer dos títulos”.
1871 – Compendio de desenho geometrico, geometria pratica e princípios de architectura, para uso dos alunos da Escola Preparatoria anexa à militar – João Antonio da Fonseca Lessa.	1870 – Decreto 4468 - Publicação dos programas do CP II. 1878 – Decreto 6884 – Organização do Desenho como disciplina. Aumento da carga horária de Desenho. 1878 – Programas das aulas de trabalhos gráficos do primeiro ano do curso geral da Escola Polytechnica. 1879 – Decreto 7274 – Reforma Leôncio de Carvalho: disciplina compõe o currículo de 1º e 2º graus.
	1880 – Programas das aulas de caligrafia e desenho linear da Escola Normal. 1888 – Decreto 10060 – Alteração no Regulamento da Escola Normal: disciplina com carga horária de Desenho maior que a de Português e Matemática.

Tomamos por marco inicial a obra de Lessa (1871), visto que este material poderia ter circulado até 1890. Neste material Lessa seguia a nova organização dos cursos preparatórios militares feitos pelo Governo Imperial, acrescido de noções sobre princípios

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

de arquitetura, que segundo ele era indispensável ao engenheiro militar. Seu texto era em forma narrativa, onde descrevia as soluções dos problemas. Possuía muitas ilustrações, embora existissem construções não representadas.

Para cobrir o período de 1889 a 1964, foi realizada uma breve análise das obras de vinte autores. Seguindo a cronologia da primeira obra encontrada de cada autor, estudou-se o trabalho de Ribeiro Filho (1898), Mello e Cunha (1907, 1942 e 1951), Freire (1907, 1937, 1946, 1954, 1956, 1959, 1961 e 1963), Dumont (1913a, 1913b, 1913c), Braga (1930 e 1958), Freitas (1931, 1932, 1935, 1945, 1954, 1957, 1958 e 1962), Silveira (1932), FTD (1936), Mendonça (1941), Castro Neves (1945, 1947, 1952 e 1957), Borges (1946, 1950, 1959 e 1960), Gomes (1948), Cunha (1949, 1956 e 1958), Bandeira (1951, 1953, 1957a, 1957b e 1961), Oberg (1952 e 1953), Zanella (1954), Lacourt (1955), Lima (1956), Carvalho (1959) e Mendes (1959 e 1960).

O mapeamento que se segue sintetiza as publicações, as legislações e os programas de ensino encontrados.

Quadro 2 - Levantamento, por décadas, das publicações analisadas e legislações que envolviam o ensino de Desenho na República Velha (da década da Proclamação da República até 1930)

Livros analisados	Fatos e legislações pertinentes
1880 – Elementos de desenho linear geométrico. Primeira parte inteiramente conforme com o ultimo programa official para o ensino dos lyceus nacionnaes – Antonio da Silva Dias, 1880 – Elementos de desenho linear – Aires de Albuquerque Gama. 1884 – Compendio de desenho linear para uso dos alumnos dos lyceus nacionaes: segundo anno – Theodoro da Motta.	1889 – Proclamação da República: Início da República Velha
1898 – Desenho geral, curso elementar compreendendo noções de desenho geometria perspectiva, noções de architectura, desenho de molduras, de figura e de paysagens methodicamente compilado para uso dos alunos de ensino primario – Faustino J. de Oliveira Ribeiro Filho.	1890 – Decreto 510 – Constituição da República: ensino leigo e livre em todos os graus e gratuito para o primário. 1890 – Decreto 981 – Regulamenta a instrução primária e secundária no Distrito Federal. Neste documento vê-se que o ensino de Desenho estava presente durante todo o ensino primário de primeiro grau e segundo grau, bem como durante o curso da Escola Normal. 1891 – Publicação do Programa para o exame de Desenho Geométrico e elementar necessário a matricula ou exame para a Escola Polytechnica. 1892 – Publicação do Programa de Desenho Geométrico e elementar necessário à matrícula ou exame do primeiro ano do Curso geral [1892-1894].

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

	1898 – Decreto 2857 – Aprova o regulamento do Gymnásio Nacional e do ensino secundário dos Estados. Pela primeira vez, o Desenho foi tratado como cadeira e, com isso, teve definida sua carga horária.
1907 – Curso de desenho geometrico e elementar – G. N. de Mello e Cunha. 1907 – Primeiras noções de Geometria Prática – Olavo Freire.	1901 – Decreto 3914 – Aprova o regulamento do Gymnásio Nacional. 1901 – Decreto 844 - Regula o ensino primario do Districto Federal 1902 – Decreto 282 - Dá regulamento ao ensino profissional 1907 – Decreto 6465 – Aprova o regulamento do Colegio Militar.
1913 – Ensino do desenho nas escolas profissionaes femininas do Districto Federal: primeiro, segundo e terceiro guia – L. Dumont.	1911 – Decreto 8659 – Reforma Rivadavia Correia: os programas seriam discutidos e aprovados pelas Congregações. 1912 – Publicação de programas do CP II. Desenho como disciplina escolar nas quatro primeiras séries do curso secundário. A carga horária era de três horas nas duas primeiras séries, duas na terceira série e quatro na quarta série. 1915 – Publicação de programas do CP II. A carga horária de Desenho em todas as séries era de três horas semanais
	1925 – Decreto 16782A – Reforma João Luiz Alves: estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. Foram realizadas diversas reformas educacionais nos estados, em especial a de Anísio Teixeira (na Bahia, em 1925), que introduziu o Desenho nas escolas primárias e colocou tal conhecimento em destaque. 1926 – Publicação dos programas do CP II. O ensino de Desenho foi dividido pelas quatro primeiras séries do curso. Os conteúdos eram exatamente os mesmos do programa de 1915. 1929 – Publicação dos programas do CP II. Mais estruturado que os outros já estudados, com objetivos, metodologia e material indicado para as aulas.
1930 – Problemas usuaes de desenho linear – Teodoro José da Silva Braga.	1930 – Eleição e deposição de Júlio Prestes por uma junta militar: Término da República Velha. 1930 – Junta militar entrega o poder a Getúlio Vargas: Início da Era Vargas.

Deste intervalo temporal, no âmbito do ensino de Desenho para o primário, ressalta-se a importância do Decreto 981, de 1890, e as reformas educacionais surgidas nos estados como desdobramento da Reforma João Luiz Alves (Decreto 16782A, de

1925) que criou o Departamento Nacional de Ensino: em especial a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, que introduziu o Desenho nas escolas primárias e colocou tal conhecimento em destaque. Com relação aos livros desta primeira fase, ressaltamos os livros de Faustino José de Oliveira Ribeiro Filho, Olavo Freire e de Luiz Dumont.

Ribeiro Filho foi diplomado pela Escola Normal de São Paulo e sua obra era um curso elementar compilado para o ensino primário que foi publicado em três estados (RJ, SP e PE). Começava com uma carta aos leitores justificando a necessidade da obra e o índice encontra-se no final do livro. A primeira parte do material diferenciava o Desenho da Pintura, destacando que o Desenho tem origem na geometria e a Pintura vem do desenho. Define este último a partir de linhas, luzes e sombras e desenho linear a partir das linhas, bem como define os tipos de desenho em geométrico e à vista. Os capítulos seguintes foram dedicados ao Desenho Linear e aos problemas geométricos.

Olavo Freire (1869 – 1941) foi cartógrafo, professor de Geografia, Cosmologia e Desenho e autor de livros de Desenho para Instrução Primária e Mapas (mapa do Brasil, do Distrito Federal e planisférios). Publicou seus livros pela Editora Garnier e Editora Francisco Alves. Suas obras foram utilizadas ao longo de décadas, iniciando no período da República Velha e chegando até o período da República dos militares, nos anos 60.

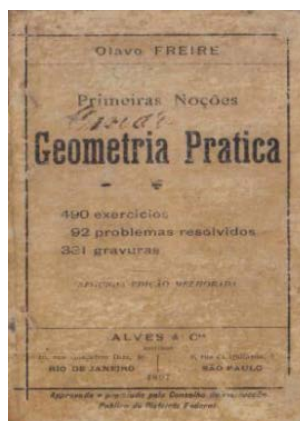


Figura 1 - Capa do livro “Primeiras Noções de Geometria Prática” (FREIRE, 1907)

Neste livro, Freire desenvolvia o ensino de Geometria a partir das noções de Desenho.

A edição analisada de “Primeiras Noções Geometria Prática” não estava numerada, mas pelo que se vê em notícia publicada no jornal “O Democrata Federal”, de 15/5/1895 (Edição 43, p. 1), a referida obra de Olavo Freire já circulava desde então.



Figura 2 - Opinião do Jornal “O Democrata Federal” sobre a obra de Olavo Freire (15/5/1895, Edição 43, p. 1)

Confrontando as informações da capa da edição de 1907 (490 exercícios e 321 gravuras) com o que fora publicado no jornal em 1895 (318 exercícios e 233 gravuras), a obra havia sofrido algumas variações.

Luiz Dumont foi professor de Artes aplicadas do Instituto Profissional Orsina da Fonseca, professor de Desenho da Escola Profissional Rivadavia Correa e professor primário de Desenho do Asylo Gonçalves de Araújo. Escreveu uma coleção completa, constituída por três guias de dimensões 15 cm por 20 cm, utilizada em escolas profissionais femininas do Distrito Federal. Estes livros tinham por característica serem impressos (desenhos e escrita) em cores diferentes: o primeiro foi impresso na cor vermelha, o segundo na cor marrom e o terceiro na cor azul.

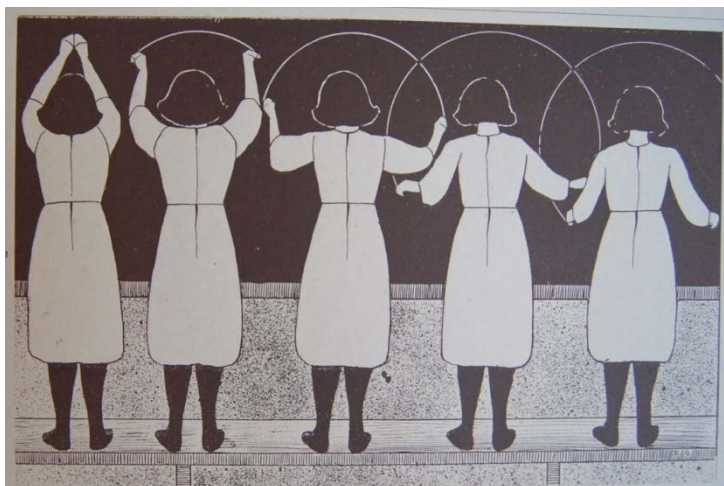


Figura 3 - Exemplo de desenho ambidestro (DUMONT 1913b, p. 7)

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

Segundo Francisco Cabrita que fora diretor de Instrução Pública do Município do Rio de Janeiro e uma das pessoas que, nas páginas iniciais, recomendava os livros, a produção de Dumont baseou-se nos princípios da escola norte-americana.

Quadro 3 - Levantamento, por décadas, das publicações analisadas e legislações que envolviam o ensino de Desenho ao longo da Era Vargas (de 1930 a 1945).

Livros analisados	Fatos e legislações pertinentes
1931 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas. 1932 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas. 1932 – Lições de desenho linear geométrico – Eugenio Dilermando Silveira. 1935 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas. 1936 – Perspectiva de observação: para uso dos professores e alunos das escolas primárias, secundárias, normais e profissionais – FTD ¹ . 1937 – Noções de Geometria Prática – Olavo Freire.	1931 – Publicação dos programas do CP II. Desenho foi encontrado como disciplina nas cinco séries do secundário. 1931 – Decreto 19850 – Criou o Conselho Nacional de Educação. 1931 – Decreto 19851 – Criou o Estatuto das universidades. 1931 – Decreto 19852 – Organizou a Universidade do Rio de Janeiro: o Desenho Geométrico como disciplina obrigatória nos vestibulares, enquanto eles existirem. 1931 – Decreto 19890 – Organizou o ensino secundário: o Desenho como disciplina obrigatória no curso fundamental e nos cursos complementares de engenharia e arquitetura. 1931 – Decreto 20158 – Organizou o ensino comercial: o Desenho passou a fazer parte da formação técnica. 1931 – Portaria Ministerial s/nº, de 31/06 – Expediu os programas do curso fundamental de ensino secundário. Disciplina Desenho estava vinculada a outras disciplinas do currículo, em caráter auxiliador de aquisição de conhecimento, na forma de esquemas e desenhos e na forma de construções geométricas e, no que se refere a resoluções gráficas de problemas, estavam intimamente ligadas à Matemática. 1936 – Portaria Ministerial s/nº, de 19/03 – Expedia os programas dos cursos complementares: Desenho como parte dos cursos de Medicina e Engenharia.
1941 – Desenho geométrico e instrumento – Carlos Süssekind de Mendonça. 1942 – Desenho geométrico e elementar – Gregorio Nazianzeno de Melo e Cunha. 1945 – Desenho geométrico plano – J. M. de Castro Neves.	1942 – Decreto-lei 4244 – Reforma Capanema: lei orgânica do ensino secundário. Quanto ao ensino de Desenho, este foi incluído como uma das matérias obrigatórias do curso ginásial, sendo a oferta da disciplina feita nas quatro séries.

¹ A sigla FTD foi “uma homenagem a Frère Théophane Durand, Irmão Superior-Geral do Instituto Marista de 1883 a 1907. [...] Foi registrada como marca comercial no momento em que houve necessidade de abrir uma empresa editorial, por volta de 1890” (Disponível em <http://www.ftd.com.br/a-ftd/a-historia/>).

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

1945 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas.	1945 – Portaria Ministerial 555, de 14/11 – Publicação dos programas e instruções metodológicas para o ensino de Desenho para serem utilizados a partir de 1946 no curso ginásial do ensino secundário. O CP II incorpora na íntegra tais orientações, conforme consta em Vecchia e Lorenz (1998, p. 369-372). 1945 – Deposição de Getúlio Vargas pelos militares: Término da Era Vargas. 1945 – Eleição do General Eurico Gaspar Dutra: Início da República Nova
---	---

De interesse para o estudo histórico sobre o ensino primário, nesta segunda faixa temporal, consideramos de maior destaque os livros “Perspectiva de observação: para uso dos professores e alunos das escolas primarias, secundarias, normais e profissionais”, da FTD, de 1936 e o “Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, para uso das escolas primárias”, de Abílio Cesar Borges, além do livro “Lições Práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho”, de Gaspar de Freitas,

Sobre esta última obra, foram analisadas as edições de 1931 (12ª edição), de 1932 (16ª edição) e de 1935 (44ª edição), que não se alteraram em nenhuma das características principais (conteúdo, ilustrações e exercícios), sendo que a única mudança se deu no texto de referência. Estes livros eram indicados para o uso de todas as classes primárias e, de acordo com Gaspar de Freitas, estavam de acordo com os últimos programas de admissão para o secundário e comercial.

No livro da FTD, de 1936, o autor (que na época não era identificado, atribuindo-se a autoria à congregação) referia-se ao estudo da perspectiva. Nas noções preliminares, diferenciava a perspectiva geométrica da perspectiva de observação. A perspectiva geométrica baseava-se na geometria descritiva, ou exata, que descrevia os objetos com o rigor geométrico, enquanto que a perspectiva de observação deduzia suas regras práticas, a partir da simples observação do objeto. Ambas, de acordo com o livro, são divididas em Perspectiva linear que estudaria os contornos aparentes e os limites de luz e sombra e Perspectiva aérea que, a partir da perspectiva linear, estudaria formas de reproduzir a iluminação e as cores dos objetos.

O conteúdo da obra de Borges (1946, 32ª edição) começava com as noções preliminares, onde foram apresentadas definições sobre Desenho linear e a apresentação dos instrumentos. Seguiam-se 11 capítulos, onde foram tratados os assuntos relativos à Geometria plana, Geometria espacial e Desenho de construção de ornatos. Os capítulos

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

se encerravam com questionário e, em alguns deles, um quadro resumo. Todas as definições traziam desenhos que as ilustravam, embora não mostrasse o processo de construção de qualquer elemento geométrico. É possível que tenha sido utilizado por base para que as construções fossem trabalhadas em caderno a parte. Voltaremos a comentar esta obra, ao analisarmos outras edições publicadas posteriormente.

Quadro 4 - Levantamento, por décadas, das publicações analisadas e legislações que envolviam o ensino de Desenho na República Nova (de 1946 a 1964).

Livros analisados	Fatos e legislações pertinentes
1946 – Desenho Geométrico e noções de Geometria – Olavo Freire. 1946 – Desenho linear ou elementos de geometria prática popular, seguidos de algumas noções de agrimensura, estereometria e arquitetura – Abílio César Borges. 1947 – Desenho geométrico plano – J.M. de Castro Neves. 1948 – Desenho geométrico – Marcos Expedito Cândido Gomes. 1949 – Desenho geométrico – Domingos J. da Silva Cunha. 1950 – Desenho linear ou elementos de geometria prática popular, seguidos de algumas noções de agrimensura, estereometria e arquitetura. – Abílio César Borges.	1946 – Decreto-lei 8529 – Lei orgânica do ensino primário. 1946 – Portaria Ministerial n. 10 – Expediu o programa e as respectivas instruções metodológicas de Desenho para o curso colegial científico do ensino secundário. Segundo Vecchia e Lorenz (1998, p. 376-378), o CP II utilizou, na íntegra, tal Portaria a partir de 1946. 1946 – Portaria Ministerial n. 57 – Definiu os programas e objetivos do ensino de Desenho no curso comercial básico. 1946 – Portaria Ministerial n. 58 – Definiu os programas e objetivos do ensino de Desenho nos cursos de Estatística e de Comércio e propaganda.
1951 – Desenho para os cursos ginásial, básico de comércio, industriais e escolas de aprendizagem industriais – José Sennem Bandeira. 1951 – Curso de desenho geométrico e elementar – Gregorio Nazianzeno de Melo e Cunha. 1952 – Desenho colegial, para o primeiro, segundo e terceiro ano – J. M. de Castro Neves. 1952 – Desenho no ginásio para a primeira e segunda série – Lamartine Oberg. 1953 – Desenho para o curso ginásial – José Sennem Bandeira. 1953 – Desenho para o curso comercial básico – Lamartine Oberg. 1954 – Desenho geométrico e noções de geometria – Olavo Freire. 1954 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas. 1954 – Elementos de geometria e desenho linear para o curso primário – Hypérides Zanello.	1951 – Portaria Ministerial n. 966 – Determinou a carga horária de Desenho nos cursos ginásial, clássico e científico. 1951 – Portaria Ministerial n. 1045 – Determinou os programas e as respectivas instruções metodológicas de Desenho no curso secundário. 1951 – Publicação dos programas do CP II: síntese das portarias federais. Em Desenho, é possível confirmar-se isto (VECCHIA e LORENZS, 1998, p. 402-403),

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

1955 – Desenho geométrico – Helena Lacourt. 1956 – Desenho geométrico e noções de geometria – Olavo Freire. 1956 – Desenho geométrico – Domingos J. da Silva Cunha. 1956 – Desenho para o concurso de habilitação, problemas de desenho geométrico e projetivo para o concurso de habilitação às escolas de engenharia, arquitetura, urbanismo, politécnica e belas artes - Edison R. Lima. 1957 – Desenho para o curso ginásial (colegial - 1ª série a 3ª série) – José Sennem Bandeira. 1957 – Desenho para o curso comercial – José Sennem Bandeira. 1957 – Desenho geométrico plano, lições contendo o programa das escolas militares preparatórias – J. M. de Castro Neves. 1957 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas. 1958 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas. 1958 – Problemas de desenho geométrico linear – Teodoro José da Silva Braga. 1958 – Desenho geométrico – Domingos J. da Silva Cunha. 1959 – Desenho geométrico – Benjamin de Araújo Carvalho. 1959 – Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, para uso das escolas primárias – Abílio Cesar Borges. 1959 – Rudimentos de geometria e desenho geométrico – Franklin Mendes. 1959 – Desenho geométrico e noções de geometria – Olavo Freire.	
1960 – Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, para uso das escolas primárias – Abílio Cesar Borges. 1960 – Rudimentos de geometria e desenho geométrico – Franklin Mendes 1961 – Desenho para o curso ginásial.– José Sennem Bandeira. 1961 – Desenho geométrico e noções de geometria – Olavo Freire. 1962 – Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho – Gaspar de Freitas. 1963 – Desenho geométrico e noções de geometria – Olavo Freire.	1960 – Portaria Ministerial s/nº, de 16/09 – Determinou os cursos técnicos industriais que teriam Desenho em seus programas. 1961 – Portaria Ministerial s/nº, de 20/10 – Determinou que o Desenho passasse a ser uma disciplina eletiva nos ginásios industriais. 1961 – Lei 4024 - Lei de diretrizes e bases da Educação. 1962 – Norma CFE, de 24/04 – Determinou a posição do Desenho como possível disciplina complementar no ciclo ginásial e colegial do sistema federal (DOU, 24/4/1962, Seção I, Parte I, p. 4558). 1964 – Movimento cívico-militar que levou os militares ao poder: término da República Nova.

Na base legal publicada no período da República Nova, em relação ao ensino primário há que se privilegiar o Decreto-lei 8529, de 1946, conhecido como Lei orgânica

do ensino primário. Dentre os livros analisados, passíveis de serem utilizados nesta faixa de estudos, ressaltamos os de Borges e o “Elementos de geometria e desenho linear para o curso primário” (1954, 10ª edição), de Hypérides Zanello.

Da obra de Borges foram analisadas as edições de 1942 (32ª), de 1950 e de 1956 (41ª). As edições de 1946 e de 1950 possuíam a mesma estrutura. Já a de 1959 estava dividida em introdução e quatro partes. A primeira parte era destinada aos dois primeiros anos do primário; a segunda e os dois primeiros capítulos da terceira parte, aos dois anos finais do primário e o restante das terceira e quarta partes estava dedicadas às escolas normais, classes secundárias dos institutos de educação públicos e privados. O livro trazia as definições, mas não as construções. Apresentava, no final dos capítulos, um questionário e os exercícios gráficos estavam na parte final do livro.

Quanto ao livro de Zanello (1954, 10ª edição), o conteúdo relacionado a Desenho abordado neste livro começava pelo estudo das linhas (horizontais, verticais e oblíquas), ao que se seguia a construção de malhas e ornatos. Na sequência, estudava círculos, circunferências e malhas circulares e finalizava o livro com o trabalho com hachuras. As figuras foram impressas em fundo branco e não traziam as explicações de suas construções (supõe-se que fossem trabalhadas pelo professor em sala de aula).

Considerações finais:

Das legislações educacionais que vigoraram no país entre os anos de 1889 e 1964, poucas foram as que não se referiram diretamente ao ensino de Desenho. Buscamos mapear os artigos de cada legislação e analisamos o seu conteúdo em função do panorama educacional apresentado à época. Para isso analisamos fontes primárias, buscando o que tangia ao seu ensino de Desenho, seja isso através de leis, indicações de programas, planos de curso, condições para aprovação, indicações de metodologia e instruções de ensino, indicações sobre os professores que ministrariam a disciplina ou simples informações gerais sobre o tema.

Em relação ao ensino primário, no que tange o ensino de Desenho, algumas legislações merecem um destaque maior, tais como o Decreto 981 de 1890, que regulariza o ensino primário e secundário e que determinava a presença do Desenho em todo o primário de primeiro e segundo graus, a Reforma João Luiz Alves de 1925, que tratava da difusão do ensino primário e colocava o Desenho como conteúdo para a prova de admissão ao secundário, as reformas de Anísio Teixeira, na Bahia, que reorientaram o

ensino de Desenho no primário e a lei-orgânica do ensino primário de 1946, que reorganizou o ensino primário e fixou o Desenho como disciplina tanto no curso primário quanto nos cursos complementar e supletivo.

De acordo com os dados levantados, no que concerne ao que hoje corresponde à Educação Básica, podemos observar alguns fatos em relação ao ensino de Desenho na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro deles que destacamos é a sazonalidade da relevância desta disciplina escolar.

No início da República, o ensino de Desenho, como disciplina escolar, seguia ainda as diretrizes do Império, de acordo com as legislações que ainda vigoravam. Com a publicação do decreto nº 981, de 1890, que regulamentava o ensino primário e secundário no Distrito Federal, ficava evidente a presença do Desenho durante toda a vida escolar até que, nos meados da década de 10, o Desenho passa pelo primeiro momento de desvalorização, com a publicação da Reforma Carlos Maximiliano (1915), que apesar de não tratar diretamente do ensino primário, destacava que haveria aula de Desenho nos quatro primeiros anos (BRASIL, 1915, Art. 167º, parágrafo único) dos cursos ginasiais, embora no artigo 165 constasse que “a nota obtida em exame [visa-se] apenas estimular os estudantes”, uma vez que para a aprovação, bastasse uma declaração de frequência.

Com a mudança dos valores educacionais na década seguinte, o ensino de Desenho retoma sua importância, em especial pela publicação do decreto 16782A e das reformas educacionais que aconteciam nos estados, mas em especial a reforma de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925. Nesta década, vivia-se um surto industrial no país, que então passa a valorizar o Desenho como disciplina de primordial importância para a leitura desse novo mundo. Nas décadas que se seguiram, o ensino de Desenho se mantém valorizado e chega às décadas de 40 e 50 ao seu apogeu, fazendo parte de todas as formações educacionais no país, estando assim presente desde o ensino primário até o ensino superior.

Esta valorização vai até a década de 60 quando, com a publicação da LDB de 1961, que estimulou o ensino das Artes Plásticas em detrimento ao ensino de Desenho, substituindo a obrigatoriedade das aulas de Desenho pelas aulas de Artes Plásticas, em especial no curso primário, bem como outras portarias ministeriais e do CFE que colocaram o Desenho como disciplina eletiva (nos ginásios industriais) ou disciplina complementar (nos cursos ginasiais e colegiais). Vê-se que estas alterações surgiram em

decorrência de movimentos próprios das culturas escolares, que variam nos espaços temporais, geográficos e socioculturais.

Estas alterações naturalmente, a longo prazo, também foram observadas nos livros. Com relação à materialidade, observaram-se poucas mudanças nas suas apresentações. As obras, em sua maioria em tamanho de 16 cm por 23 cm, foram impressas em papel jornal, na cor preta (excetuando-se os livros de Dumont, em 1913, e o de Gomes, de 1948) e alguns, a partir da metade do período estudado (FTD, 1936), já traziam folhas com ilustrações impressas em cores, em papel de melhor qualidade.

Os livros estudados, em sua grande maioria, traziam as figuras junto ao texto com impressão tal como as dos livros atuais. Alguns livros traziam formas alternativas de mostrar as construções, tais como pranchas ao final do livro, destacáveis ou não, desenhos feitos em fundo negro, como se fossem realizados nas lousas e quadros negros ou ainda livros separados com as construções descritas no livro texto.

Viu-se que muitos dos exemplares traziam indicação de que a obra estava de acordo com as leis vigentes, mas, ao analisa-las, chega-se à conclusão de que, independente da época, as legislações não alteravam os livros. Um claro exemplo são as publicações de Freire e de Mello e Cunha, que foram utilizadas ao longo de várias décadas e atravessando legislações diferentes, sem que fossem feitas grandes alterações no conteúdo da obra, visto que as mudanças se davam na quantidade de exercícios que eram propostos e exemplificados e na diagramação dos livros, que aumentavam ou diminuía o número de páginas em sua nova edição, mas sem que o conteúdo da obra fosse alterado.

Referências

BANDEIRA, J. S. **Desenho para o curso comercial**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1957a.

_____. **Desenho para o curso ginásial** (colegial - 1ª série e 3ª série). Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1957b.

_____. **Desenho para o curso ginásial**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1953.

_____. **Desenho para o curso ginásial**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1961.

_____. **Desenho para os cursos ginásial, básico de comércio, industriais e escolas de aprendizagem industriais**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1951.

BORGES, A. C. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, seguidos de algumas noções de agrimensura, estereometria e arquitetura**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

_____. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular, seguidos de algumas noções de agrimensura, estereometria e arquitetura.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950.

_____. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular para uso das escolas primárias.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

_____. **Desenho linear ou Elementos de geometria prática popular para uso das escolas primárias.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

BRAGA, T. J. S. **Problemas de Desenho geométrico linear.** São Paulo: Editora LEP, 1958.

_____. **Problemas usuas de Desenho linear.** São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1837.** Decreto s/nº, de 2/12/1837. Criação do Colégio Pedro II. Volume 1, parte II, p. 59. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1838.** Regulamento 8, de 31/01/1838 - Estatutos para o Colégio Pedro II. Volume 1, parte II, p. 61. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/regulamento%20n.%208%20-1838%20%20estatutos%20para%20o%20col%20pedro%20ii.pdf. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1841.** Decreto 62, de 1/2/1841 – Altera algumas disposições do Regulamento n. 8, de 31/01/1838. Volume 1, parte II, p. 13.. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-62-1-fevereiro-1841-561120-publicacaooriginal-84519-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1855.** Decreto 1556, de 17/2/1855 – Aprova o regulamento do Colégio Pedro II. Volume 1, parte II, p. 80.. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1556-17-fevereiro-1855-558426-publicacaooriginal-79672-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1855.** Decreto 4468, de 01/02/1870 – Altera os regulamentos do imperial collegio de Pedro II. Volume 1, parte II, p. 80.. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/decreto%20n.%204468%20%201870%20altera%20os%20regulamentos%20relativos%20col%20pedro%20ii.pdf. Acesso em 20/06/2013.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1878.** Decreto 6884, de 20/4/1878. Altera os Regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II. Volume 1, p. 207. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6884-20-abril-1878-547470-publicacaooriginal-62227-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879.** Decreto 7247, de 19/4/1879. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Volume 1, parte II, p. 196. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104669>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1888.** Decreto 10060, de 13/10/1888 – Dá novo Regulamento à Escola Normal. Volume 2, parte II, p. 343. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10060-13-outubro-1888-542876-publicacaooriginal-52485-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Brasil – 1890.** Decreto 510, de 22/6/1890. Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brazil. Volume 6, p. 1365. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=91702&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Brasil – 1890.** Decreto 981, de 8/11/1890 - Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Fascículo XI, p. 3474. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104668>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Coleção de Leis do Brasil – 1898.** Decreto 2857, de 30/3/1898 - Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional e ensino secundario nos Estados. Volume 1, parte II, p. 348. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104666>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Districto Federal.** Decreto nº 282, de 27 de Fevereiro de 1902: Dá regulamento ao ensino profissional. **Gazeta de Noticias.** Anno XXVIII, nº 60, Rio de Janeiro, Sabbado 1 de Março de 1902, p. 2 e 3. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116987>. Acesso em 14/3/2014.

_____. **DOU.** Decreto 3890, de 1/1/1901 publicado em 25/1/1901, seção 1, p. 447 - Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU.** Decreto 3914, de 23/1/1901 publicado em 6/2/1901, seção 1, p. 687- Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3914-23-janeiro-1901-503356-norma-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU.** Decreto 6465, de 29/4/1907 publicado em 1/5/1907, seção 1, p. 2979 - Approva provisoriamente o regulamento para o Collegio Militar. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6465-29-abril-1907-506852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU.** Decreto 11530, de 18/3/1915 publicado em 19/3/1915, seção 1, p. 2977 - Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU.** Decreto 16782A, de 13/1/1925 publicado em 6/2/1925, seção 1, p. 8541 - Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104707>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU.** Decreto 19850, de 11/4/1931 publicado em 15/4/1931, p. 5830 – Lei Francisco Campos - Crêa o Conselho Nacional de Educação. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-norma-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU.** Decreto 19851, de 11/4/1931 publicado em 15/4/1931, p. 5800 - Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e

administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Decreto 19852 - Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. De 11/4/1931 publicado em 15/4/1931, p. 5808. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Diário Oficial da União** - Decreto 19890, de 18/4/1931 publicado em 1/5/1931, p. 6945 – Lei Francisco Campos - Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Decreto 20158 – Lei Francisco Campos - Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. De 30/6/1931 publicado em 9/7/1931, p. 11120. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Decreto-lei 4244 - Lei orgânica do ensino secundário. De 9/4/1942 publicado em 10/4/1942, p. 5798. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104422>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Decreto 8529 - Lei Orgânica do Ensino Primário. De 2/01/1946 publicado em 4/1/1946, seção 1, p. 113. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116986>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Conselho Federal de Educação, homologada em 21/2/1962 pelo Ministro da Educação e Cultura, publicada em 24/4/1962, seção 1, p. 4557 – estabelece as disciplinas dos sistemas de ensino médio. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2773094/pg-41-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-04-1962/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Lei 4024, de 20/12/1961 publicada em 27/12/1961, seção 1, p. 11429 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104422>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial s/n, de 30/6/1931 publicada em 31/7/1931, p. 12405 - Dispõe sobre os programas do curso fundamental do ensino secundário e instruções metodológicas – Desenho. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2029946/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-07-1931/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial de 17/3/1936 publicada em 19/3/1936, p. 5791 - Instruções relativas às condições de instalação material e didática dos cursos secundários complementares, a que se refere o item (d) da portaria ministerial de 7 de janeiro de 1936 e à respectiva verificação prévia. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2024916/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-03-1936/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial n. 555, de 14/11/1945 publicada em 22/11/1945, seção 1, p. 17766 - Expede programas de desenho e respectivas instruções metodológicas, e determina sua execução no curso ginasial do ensino secundário. Disponível em

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2569950/pg-18-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-11-1945/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial n. 10, de 4/1/1946 publicada em 14/1/1946, seção 1, p. 609 - Expediente programas de Desenho e respectivas instruções metodológicas e determina sua execução nos cursos colegial científico do ensino secundário. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2172461/pg-25-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-01-1946/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **Diário Oficial da União**. Portaria Ministerial n. 57, de 29/1/1946 publicada em 12/2/1946, seção 1, p. 2187 - Expediente programas de Desenho e respectivas instruções metodológicas para o curso comercial básico. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2219141/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-02-1946/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial n. 58, de 29/1/1946 publicada em 12/2/1946, seção 1, p. 2188 - Expediente os programas de Desenho e respectivas instruções metodológicas para os cursos de estatística e de comércio e propaganda. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2219142/pg-20-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-02-1946/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial n. 966, de 2/10/1951 publicada em 12/10/1951, seção 1, p. 15166 – Aprova os programas elaborados pela Congregação do Colégio Pedro II para o curso secundário. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2752077/pg-22-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-10-1951/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial n. 1045, de 14/12/1951 publicada em 22/2/1952, seção 1 (suplemento), p. 1 – Expediente os planos de desenvolvimento dos programas mínimos do ensino secundário e respectivas instruções metodológicas. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2375333/pg-65-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-02-1952/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial s/nº, de 16/9/1960, publicada em 27/9/1960, seção 1, parte 1, p. 13029 – Expediente as diretrizes gerais do ensino industrial. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2869901/pg-25-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-09-1960/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

_____. **DOU**. Portaria Ministerial s/nº, de 20/10/1961, publicada em 22/11/1961, Seção 1, parte 1, p. 10320 - Regulamento dos Ginásios Industriais. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2869037/pg-20-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-11-1961/pdfView>. Acesso em 20/6/2013.

CARVALHO, B. A. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Ao livro técnico, 1959.

CASTRO NEVES, J. M. **Desenho colegial para o primeiro, segundo e terceiro ano**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1952.

_____. **Desenho geométrico plano**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1945.

_____. **Desenho geométrico plano**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1947.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n 2, 1990, p.177 – 229.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Anais do XXII Congresso do ISHEE (200, Alcalá, Espanha). Publicado na Revista Pedagogia Histórica, v.38, n.1, 2002, p.21-49. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. In: **Educação e pesquisa**. FEUSP, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004, p.549 – 566.

CUNHA, D. J. S. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Rio de Janeiro, 1956.

_____. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Rio de Janeiro, 1958.

_____. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana, 1949.

DUMONT, L. **Ensino do Desenho nas escolas profissionais femininas do Distrito Federal: primeiro guia**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Sociedade Anonyma Progresso, 1913.

_____. **Ensino do Desenho nas escolas profissionais femininas do Distrito Federal: segundo guia**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Sociedade Anonyma Progresso, 1913.

_____. **Ensino do Desenho nas escolas profissionais femininas do Distrito Federal: terceiro guia**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Sociedade Anonyma Progresso, 1913.

ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA. Universidade do Brasil. **Desenho e geometria elementar necessário à matrícula ou exame do 1º anno do Curso geral**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

ESCOLA POLYTECHNICA. **Programma para o exame de desenho geometrico e elementar necessario a matricula ou exame**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

FREIRE, O. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

_____. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.

_____. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1956.

_____. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

_____. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1961.

_____. **Desenho geométrico e Noções de Geometria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1963.

_____. **Noções de Geometria prática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

_____. **Primeiras noções de Geometria prática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1907.

FREITAS, G. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1931.

_____. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1932.

_____. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho**. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1935.

_____. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1945.

_____. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1954.

_____. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1957.

_____. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1958.

_____. **Lições práticas de Arithmetica, Geometria e Desenho.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1962.

FTD. **Perspectiva de observação: para uso dos professores e alumnos das escolas primarias, secundarias, normais e profissionais.** Rio de Janeiro: Livraria Paulo de Azevedo & Cia, 1936.

GOMES, M. E. C. **Desenho geométrico.** Rio de Janeiro: I.T.E.C. 1948.

LACOURT, H. **Desenho geométrico.** Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1955.

LIMA, E. R. **Desenho para o concurso de habilitação, problemas de desenho geométrico e projetivo para o concurso de habilitação às escolas de engenharia, arquitetura, urbanismo, politécnica e belas artes.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1956.

MACHADO, R. B. e FLORES, C. R. Quando fui professor de Desenho... Reflexões sobre uma formação. **Educação Matemática Pesquisa.** São Paulo, v.15, n.2, p. 431-446, 2013. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/14529>. Acesso em 15/11/2013.

MELLO E CUNHA, G. N. **Curso de Desenho geometrico e elementar.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

_____. **Curso de Desenho geométrico e elementar.** Rio de Janeiro: Livraria Educadora, 1942.

_____. **Desenho geométrico e elementar.** Rio de Janeiro: Livraria Educadora, 1942.

MENDES, F. **Rudimentos de geometria e desenho geométrico.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

_____. **Rudimentos de geometria e desenho geométrico.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

MENDONÇA, C. S. **Desenho geométrico e instrumento.** Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1941.

OBERG, L. **Desenho no ginásio para a primeira e segunda série.** Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1952.

_____. **Desenho para o curso comercial básico [de acôrdo com o programa oficial, conforme portaria número 57, de 29 de janeiro de 1948].** Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1953.

O DEMOCRATA FEDERAL (periódico), de 15/5/1895, edição 43, p. 1. **Geometria Prática.** Divulgação da obra Primeiras Noções de Geometria, de Olavo Freire. Disponível

XI Seminário Temático

A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970

Florianópolis – Santa Catarina, 06 à 08 de abril de 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina

em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=308048&pasta=ano%20189&pesq=Olavo%20Freire>. Acesso em 6/8/2013.

RIBEIRO FILHO, F. J. O. **Desenho geral. Curso elementar compreendendo noções de Desenho Geometria perspectiva, noções de Architectura, Desenho de molduras, de figura e de paisagens methodicamente compilado para uso dos alunos de ensino primario**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1898.

SILVEIRA, E. D. **Lições de Desenho linear geométrico**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1932.

VECHIA, A. e LORENZ K. M. **Programa de ensino da escola brasileira 1850 – 1951**. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

ZANELLO, H. **Elementos de Geometria e Desenho linear para o curso primário**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1954.